

Aplicação do RDA na catalogação dos monumentos históricos de Fortaleza

Application of RDA in the cataloging of historical monuments in Fortaleza

 Gustavo Cardoso Oliveira¹
 Odete MÁYRA Mesquita Sales²

¹ Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

E-mail: gustavocardosogco@gmail.com

² Professora do Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

E-mail: mayra.mesquita@ufc.br



ACESSO ABERTO

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



Conflito de interesses: Os autores declaram que não há conflito de interesses.

Financiamento: Não há.

Declaração de Disponibilidade dos dados: Todos os dados relevantes estão disponíveis neste artigo.

Recebido em: 07 set. 2024.

ACEITO EM: 01 jul. 2025.

Publicado em: 01 nov. 2025.

Como citar este artigo:

OLIVEIRA, Gustavo Cardoso; SALES, Odete MÁYRA Mesquita. Aplicação do RDA na catalogação dos monumentos históricos de Fortaleza. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 10, p. 1-21, 2025. DOI: 10.36517/ip.v10i.94116.

RESUMO

No decorrer do tempo, o número de informações registradas aumentou consideravelmente, impulsionado pela criação de novas formas de registro. Esse crescimento fomentou o desenvolvimento de técnicas para a organização dessas informações, visando torná-las mais acessíveis e facilitar a sua recuperação e o seu uso. Na catalogação de documentos, artefatos e detalhes arquitetônicos, torna-se possível a criação de registros detalhados, essenciais para a manutenção e restauração de monumentos históricos. Nesse contexto, tendo em vista a necessidade de salvaguardar a memória de uma sociedade, esta pesquisa visa propor um modelo de catalogação em meio digital para os monumentos históricos da cidade de Fortaleza. A pesquisa possui natureza aplicada, abordagem qualitativa e caráter descritivo, tendo como instrumentos de coleta de dados a pesquisa bibliográfica e documental. O procedimento analítico adotado é a análise de conteúdo, que possibilitou a manipulação das mensagens, seu conteúdo e sua expressão, evidenciando relações presentes no material analisado. Para tanto, foi preparada uma amostra composta pela catalogação de dois monumentos históricos de Fortaleza possíveis de serem analisados em sua totalidade, e o modelo proposto foi apresentado. Os resultados obtidos apontaram a inovação que o RDA oferece no registro desses bens em ambiente digital, proporcionando instruções pertinentes para a sua catalogação. Portanto, conclui-se que as técnicas utilizadas na atuação bibliotecária são indispensáveis para a preservação da memória coletiva.

Palavras-chave: catalogação; RDA; monumentos históricos.

ABSTRACT

As time went by, the amount of information recorded increased considerably, driven by the creation of new forms of recording. This growth encouraged the development of techniques for organizing this information, aiming to make it more accessible and facilitate its recovery and use. In the cataloging of documents, artifacts and architectural details, it becomes possible to create detailed records, which are essential for the maintenance and restoration of historical monuments. In this context, in view of the need to safeguard the memory of a society, this research has as its main objective to provide a cataloging model in digital media for the historical monuments of the city of Fortaleza. The research has an applied nature, qualitative approach and descriptive character, using

bibliographic and documentary research as data collection instruments. The analytical procedure adopted is content analysis, which allowed the manipulation of the messages, their content and their expression, highlighting relationships present in the analyzed material. For this purpose, a sample composed of the cataloging of two historical monuments of Fortaleza that can be analyzed as a whole was prepared, and the proposed model was presented. The results obtained pointed to the innovation that RDA offers in the registration of these assets in a digital environment, as long as pertinent instructions are provided for their cataloging. Therefore, it is concluded that the techniques used in library work are indispensable for the preservation of collective memory.

Keywords: cataloguing; RDA; historical monuments.

1 INTRODUÇÃO

As primeiras bibliotecas surgiram na Antiguidade e com elas veio a necessidade de organizar a numerosa quantidade de informações armazenada, uma vez que sempre foi característico do ser humano registrar o conhecimento adquirido em algum tipo de suporte. Dentre as técnicas necessárias para a organização da informação, está a catalogação, que consiste no processo de descrever e identificar itens, tais como livros, documentos, objetos de arte, entre outros, por meio de informações detalhadas sobre suas características físicas, conteúdo e outros aspectos relevantes. Como resultado do processo de catalogação, surgem os catálogos, considerados uma tecnologia que visa administrar toda a informação em certa unidade, permitindo que o usuário satisfaça as suas necessidades informacionais. Em suma, a catalogação é o processo de identificar e descrever os itens de um acervo, enquanto o catálogo é o registro dessas descrições.

Desse modo, para garantir que as informações registradas nos catálogos sejam precisas, consistentes e possam ser compreendidas pelos usuários, a catalogação segue regras e padrões específicos, contidos principalmente no tradicional, Código de Catalogação Anglo-Americano, segunda edição – Anglo-American Cataloguing Rules, second edition (AACR2), e no digital, Recursos: Descrição e Acesso – Resources, Description e Access (RDA), ambos essenciais para garantir a preservação e o acesso a itens culturais e educacionais valiosos, bem como para apoiar o conhecimento e a

pesquisa. Através da catalogação de monumentos históricos, por exemplo, torna-se possível o registro de sua localização, características arquitetônicas e seu valor histórico e cultural, permitindo que esses monumentos sejam monitorados e mantidos ao longo do tempo. Nesse sentido, questiona-se: Como estes patrimônios, localizados na cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará, devem ser catalogados em meio digital, a fim de fornecer dados que possibilitem o estudo, a pesquisa, a fiscalização e a salvaguarda destes bens?

Não obstante, a Edição Digital do Jornal O POVO noticiou no dia 17 de novembro de 2022, às 18 horas e 42 minutos, que os monumentos históricos da cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará, não são catalogados pela Prefeitura. A notícia redigida pelo autor Gabriel Borges, deixou claro a importância destes patrimônios para a preservação da memória da Capital e do Estado e também ressaltou que a Secretaria Municipal da Cultura de Fortaleza (SECULTFOR) afirmou em nota que ainda pretende iniciar um processo de catalogação de monumentos e esculturas em vias e praças públicas da Capital, com o intuito deste levantamento fornecer dados e estudos técnicos para a elaboração de políticas públicas de proteção e salvaguarda dos bens (Borges, 2022).

Diante do exposto, é inteligível que o estudo realizado acerca do tema contribui efetivamente para o processo contínuo de atualização na área da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. De início, o objetivo geral desta pesquisa é investigar a aplicabilidade do código RDA na catalogação de monumentos históricos, utilizando como estudo de caso dois exemplares representativos da cidade de Fortaleza. Especificamente, busca-se:

- a) Selecionar as seções do RDA mais relevantes para a catalogação dos monumentos;
- b) Realizar as atribuições dos dados relativos aos monumentos nas respectivas seções do RDA;
- c) Apresentar a aplicabilidade do modelo de catalogação no RDA para os monumentos históricos de Fortaleza.

2 REPRESENTAÇÃO DESCRIPTIVA DA INFORMAÇÃO

Representar é o ato de utilizar elementos simbólicos, como desenhos, figuras, imagens, textos, para substituir um objeto informacional, de modo que não precise acessá-lo na íntegra para conhecer seu conteúdo. Representar pode significar também “fazer presente, manifestar ou apresentar pela segunda vez” (Pitkin, 1979, p. 8). Dessa forma, a Representação da Informação é entendida por Bräscher e Café (2008) como um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico. Ela tem como função demonstrar a essência do documento durante a transferência da informação do emissor ao receptor, considerando a sua recuperação (Novellino, 1998). No que tange a Representação Descritiva da Informação, uma das vertentes da Representação da Informação, Maimone, Silveira e Tálamo (2011, p. 28), abordam que ela é responsável por:

Representar as características específicas do documento, denominada descrição bibliográfica, que permite a individualização do documento. Ela também define e padroniza os pontos de acesso, responsáveis pela busca e recuperação da informação, assim como pela reunião de documentos semelhantes, por exemplo, todas as obras de um determinado autor ou de uma série específica.

Essas representações envolviam a criação de descrições bibliográficas que permitiam, aos usuários, a identificação e o acesso aos recursos de informação de interesse para eles, utilizando um conjunto de regras para descrevê-los consistentemente, incluindo a atribuição de dados como: título, autor, editora, data de publicação e assuntos tratados no recurso. Portanto, é perceptível que o processo de criação desses registros bibliográficos, denominado catalogação, permitiu que a organização e o acesso à informação fossem padronizados e mais eficientes. Assim, de acordo com Mey (1995, p. 5):

Catalogação é o estudo, preparação e organização de mensagens codificadas, com base em itens existentes ou passíveis de inclusão em um, ou vários acervos, para permitir interseção entre as mensagens contidas nos itens e as mensagens internas dos usuários.

Um processo que visava não somente listar os itens de um acervo, mas possibilitar relacionamentos entre eles, com o intuito de gerar alternativas para a escolha do usuário. Ainda conforme a autora, esse processo permite a localização de um item específico, a escolha entre as suas várias manifestações e, também, a escolha entre

vários de seus semelhantes (Mey, 1995). Além disso, “um dos principais produtos da catalogação é a reunião de registros bibliográficos no catálogo, visto que ele assume o papel de canal entre acervos e usuários” (Machado; Zafalon, 2020, p. 18). Dito isso, cabe afirmar que, a partir da catalogação, possibilitou-se a elaboração de catálogos, definidos como um canal

de comunicação estruturada, que veicula mensagens contidas nos itens e sobre os itens, de um ou vários acervos, apresentando-as sob forma codificada e organizada, agrupadas por semelhanças, aos usuários desse(s) acervo(s) (Mey, 1995, p. 9).

Ou seja, enquanto a catalogação consiste na descrição dos itens de um acervo, os catálogos são os registros dessas descrições, conhecidos como registros bibliográficos. Diante disso, torna-se evidente que no século XX a catalogação sofreu importantes mudanças e avanços em decorrência do rápido desenvolvimento das tecnologias de informação. Além disso, as normas de representação descritiva da informação também passaram por revisões e atualizações para refletir as mudanças na forma como as pessoas consomem informações, principalmente com o aumento do uso de recursos eletrônicos e digitais.

2.1 RDA: Recursos: Descrição e Acesso

O início do século XXI foi marcado por mudanças significativas na sociedade devido ao avanço da tecnologia e à transformação digital. A Biblioteconomia, evidentemente, foi uma das áreas de estudo afetadas neste cenário. As bibliotecas tradicionais evoluíram para bibliotecas digitais e o acesso à informação tornou-se cada vez mais disponível online. Em decorrência disso, vários estudos e pesquisas relativos às práticas catalográficas, ao compartilhamento de dados bibliográficos, à revisão de conceitos e à internacionalização dos padrões de representação foram iniciados (Mey; Silveira, 2009).

Em 2003, foi aprovada uma versão preliminar da Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação, que pretendia “determinar um entendimento uniforme e internacional sobre os princípios da catalogação” (Mey; Silveira, 2009, p. 90). Em seguida, visando estar inteiramente de acordo com o documento supracitado, no ano de 2004 foi iniciado

o processo de revisão do código de catalogação anglo-americano, que resultaria em uma terceira edição das AACR, as AACR3. Entretanto, a revisão provocou mudanças substanciais e acarretou, em 2005, o desenvolvimento de um novo sucessor das AACR2, o RDA (Mey; Silveira, 2009, p. 90).

A partir dessa revisão, foi percebida a necessidade de uma nova abordagem, em torno das regras de catalogação, que contemplassem os evidentes recursos tecnológicos. Assim, desenvolveu-se o Recursos: Descrição e Acesso – *Resources, Description and Access* (RDA), um código de catalogação estruturado para o ambiente digital e com o objetivo de substituir o AACR2. Oliver (2011, p. 1) define o RDA como “um conjunto de diretrizes e instruções sobre a formulação de dados que sirvam de apoio ao descobrimento de recursos”. A autora ainda ressalta que “trata-se de uma norma projetada para focar a atenção no usuário e nas tarefas que ele executa no processo de descobrimento de recursos” (Oliver, 2011, p. 2). Ou seja, o registro dos dados tem como propósito apoiar as tarefas do usuário.

Sob esse prisma, cabe ressaltar as significativas mudanças que o RDA traz em relação ao AACR2, visto que o novo código oferece um conjunto de regras mais flexível, extensível e atualizado para a descrição de recursos. Ainda de acordo com Oliver (2011, p. 3), isso ocorre porque

As AACR foram desenvolvidas originalmente como um código de catalogação de livros e periódicos impressos, bem como outros documentos em papel. Embora regras destinadas a outras mídias tenham sido enxertadas no código, nunca houve uma metodologia coesiva e logicamente coerente da descrição de conteúdo, mídia e suporte.

Ademais, Machado (2020, p. 47) afirma que “o RDA foi projetado para descrever dados de recursos tradicionais e atuais”, ou seja, tanto recursos físicos como digitais, produzidos e disponibilizados em bibliotecas ou ambientes alternativos, são contemplados pelo novo código. Oliver (2011, p. 2) salienta que

A finalidade da RDA é servir de suporte à produção de dados robustos ou ‘bem-formados’, dados que possam ser gerenciados com o emprego tanto das tecnologias atuais quanto das estruturas de bases de dados surgidas recentemente e das tecnologias futuras.

Dessa forma, toda a estruturação desse novo padrão está voltada para o atendimento das necessidades do usuário no ambiente digital. Sendo assim, o código é disponibilizado pela ferramenta online RDA Toolkit (caixa de ferramentas RDA), “que

incluir o conteúdo integral da norma e também documentos e funcionalidades adicionais” (Oliver, 2011, p. 90) e apresenta sua estrutura agrupada conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Estrutura do código RDA

0. Introdução	Apresenta objetivos, escopo, princípios, alinhamento com os modelos conceituais e padrões de catalogação, e relacionamentos.
Seção 1-4 – Registro de Atributos	
Seção 1: Atributos de Manifestação e Item	Instruções gerais para registrar os atributos de manifestação e item (descrição de características físicas).
Seção 2: Atributos de Obra e Expressão	Instruções gerais para registrar os atributos de obra e expressão (descrição de conteúdo).
Seção 3: Atributos de Pessoa, Família e Pessoa Jurídica	Instruções gerais para registrar os atributos e a identificação de pessoas, famílias e pessoas jurídicas.
Seção 4: Atributos de Conceito, Objeto, Evento e Lugar	Instruções gerais para registrar os atributos e a identificação de conceitos, objetos, eventos e lugares.
Seção 5-10 – Registro de relacionamentos	
Seção 5: Relacionamentos primários entre Obra, Expressão, Manifestação e Item	Instruções gerais para registrar as relações primárias entre as entidades.
Seção 6: Relacionamentos entre Pessoas, Famílias e Pessoas Jurídicas	Instruções gerais para registrar as relações associadas com uma pessoa, família e pessoa jurídica com um recurso e suas relações com uma obra, expressão, manifestação e item.
Seção 7: Relacionamentos entre Conceitos, Objetos, Eventos e Lugares	Instruções gerais para registrar as relações entre temas e nomes.
Seção 8: Relacionamentos entre Obras, Expressões, Manifestações e Itens	Instruções gerais para registrar as relações entre obras, expressões, manifestações e itens.
Seção 9: Relacionamentos entre Pessoas, Famílias e Pessoas Jurídicas	Instruções gerais para registrar as relações entre pessoas, famílias e pessoas jurídicas.
Seção 10: Relacionamentos entre Conceitos, Objetos, Eventos e Lugares	Instruções gerais para registrar as relações entre conceitos, objetos, eventos e lugares.
Apêndices	Inclui instruções adicionais sobre abreviaturas, símbolos, artigos iniciais, títulos de nobreza, designadores de relacionamentos e outros.
Glossário	Apresenta lista alfabética de termos e expressões.
Índice	Apresenta índice alfabético localizador de instruções e apêndices.

Fonte: Machado (2020, p. 49-50 *apud* Picco; Ortiz Repiso, 2012).

O RDA também enfatiza a importância de fornecer acesso aos recursos por meio de pontos de acesso que refletem o seu conteúdo, uma vez que ele agrupa um conjunto de diretrizes de catalogação para a criação de descrições bibliográficas consistentes e padronizadas para todos os tipos de recursos, incluindo livros físicos e digitais, artigos de periódicos eletrônicos, materiais audiovisuais em serviços de streaming e obras artísticas. Nesse cenário, o RDA se mostra como

um pacote de elementos de dados, diretrizes e instruções que direcionam a criação de metadados de recursos informacionais de bibliotecas e de instituições de patrimônio cultural em consonância com modelos conceituais internacionais para aplicação de dados vinculados focados no usuário (Machado; Zafalon, 2020, p. 94 *apud* RDA STEERING COMMITTEE, 2018).

Dessa forma, esses modelos conceituais proporcionam uma base teórica para o descobrimento de recursos pelos usuários e a partir deles a estrutura do RDA foi moldada, uma vez que o RDA é a própria aplicação desses modelos. Com isso, o código de catalogação supracitado busca garantir a interoperabilidade dos dados e a facilidade de acesso às informações, visto que ele contém diretrizes e instruções para a criação de metadados, com base em modelos conceituais, a fim de atender às necessidades dos usuários ativos em ambientes digitais.

3 MONUMENTOS HISTÓRICOS DE FORTALEZA

O documento descritivo mais antigo do estado do Ceará data de 1618 (Costa, 2014a). Nele, Martim Soares Moreno exalta a terra cearense em uma tentativa de convencer as autoridades portuguesas sobre seus serviços na capitania, durante o período do Brasil Colônia. Contudo, colonizadores holandeses também tinham planos de se apoderar dessa região. Entre guerras e invasões, os europeus se estabeleceram às margens do Rio Pajeú, por conta da visão geral da baía propiciada por essa localização. Assim, Fortaleza foi inaugurada oficialmente em 13 de abril de 1726 como Vila de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção do Ceará Grande, devido à necessidade de expansão e defesa do pequeno povoado que vivia ameaçado por ataques de indígenas e europeus (Girão, 1982).

Com o passar dos séculos, a vila foi crescendo lentamente, segundo Costa (2014a, p. 91) “apesar de pobre, a vila de Fortaleza cresceu sob a égide do vento, da luz, do clima quente, porém pouco úmido e dos espaços largos, que a cercaram, associados a uma

condição natural de salubridade". É, no século XIX, que ela adquire o status e as características de cidade após a centralização do poder político e administrativo e a implantação de inúmeros planos de expansão que resultaram na construção de edificações públicas (Costa, 2014a).

Com efeito, a cidade de Fortaleza continuou se desenvolvendo e conseguiu se destacar pela sua rica cultura refletida em museus, teatros e espaços culturais que celebram e preservam a herança da região. Dessa forma, tem-se a Lei Ordinária n.^º 9.347, de 11 de março de 2008, que define o patrimônio cultural de Fortaleza como aquele

Constituído pelos bens de natureza material e imaterial, móveis e imóveis, públicos e privados tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade fortalezense e que, por qualquer forma de proteção prevista em lei, sejam reconhecidos como de valor cultural, histórico e natural, visando à sua preservação (Fortaleza, 2008, online).

Assim, Fortaleza se destaca com um rico patrimônio histórico que se reflete em seus inúmeros monumentos. Nesse contexto, esses bens desempenham um papel essencial na preservação e na construção da memória coletiva da cidade. Eles servem como testemunhas tangíveis do passado, lembrando eventos, pessoas e ideias que moldaram a história de Fortaleza, permitindo visualizar e experimentar de forma palpável aspectos importantes, como a arquitetura, a arte, a religião, a política e a vida cotidiana de épocas passadas. Riegl (2006) ainda segmenta os monumentos em intencionais, "elaborados para se lançarem ao futuro como portadores de uma mensagem, portanto atribuídos de valor simbólico no momento mesmo de sua fatura" (Riegl, 2006, p. 38) e em não-intencionais, "com o valor simbólico atribuído posteriormente, em um tempo sempre presente" (Riegl, 2006, p. 38).

Embora monumentos históricos tenham um papel essencial na preservação e na construção da memória coletiva de uma sociedade, não há, até o momento, um código de catalogação universalmente adotado criado especificamente para esse tipo de material. No entanto, existem diretrizes e normas que abordam a descrição desses objetos em contextos mais amplos. O *Cataloguing Cultural Objects* (CCO), por exemplo, é uma diretriz desenvolvida para a catalogação de obras visuais e culturais, incluindo esculturas públicas, arquitetura e sítios históricos. Apesar disso, vale reforçar que o CCO não é um código de catalogação no sentido tradicional (como o AACR2 ou RDA), mas sim um conjunto de diretrizes que orienta a descrição de objetos culturais com ênfase na

clareza, consistência e acesso aos dados. Ou seja, ele não possui estrutura relacional complexa como o RDA, o que pode limitar sua interoperabilidade com sistemas mais amplos ou bases bibliográficas.

Dessa forma, destaca-se a importância da catalogação de monumentos históricos como um processo essencial para a preservação do patrimônio cultural de uma cidade. Entre os instrumentos disponíveis, o RDA se apresenta como uma alternativa mais robusta e versátil para a descrição desse tipo de material, o que reforça a necessidade de se compreender as razões pelas quais a catalogação desse patrimônio se faz imprescindível. Essas justificativas estão listadas a seguir:

- a) a digitalização e catalogação desses patrimônios proporcionam o acesso universal a informações sobre estes bens e os respectivos locais onde se encontram e, caso sejam adotadas medidas de preservação digital da informação, garante-se que esses dados não se percam ao longo do tempo;
- b) os resultados obtidos poderão gerar insumos para o monitoramento da condição física dos monumentos ao longo do tempo, facilitando a identificação de potenciais ameaças, como vandalismo, desastres naturais, entre outros;
- c) possuir um registro atualizado desses bens pode orientar medidas de conservação e restauração necessárias, bem como decisões mais precisas para as intervenções serem feitas de maneira informada;
- d) o meio científico-acadêmico se beneficiará enormemente desses resultados, uma vez que o acesso a informações precisas desses bens poderá acelerar e facilitar pesquisas históricas, contribuindo para uma compreensão mais intensa da época em que aquele monumento estudado foi construído e instalado e os eventos que o cercam;
- e) os monumentos catalogados poderão gerar insumos para escolas, universidades e outras organizações educacionais no que diz respeito às atividades de educação patrimonial, tornando-se instrumentos de aprendizagem e conscientização acerca do patrimônio cultural e estimulando um maior interesse na preservação da história daquela região e de seus habitantes, evitando crises identitárias;
- f) com o registro das relações que os monumentos possuem, será possível obter uma visão mais abrangente e interconectada da história da região, visto que eles estão integrados em uma unidade e seus dados estão interconectados.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa consistiu na elaboração de uma proposta de catalogação em meio digital para os monumentos históricos da cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará. Com isso, buscou-se construir representações descritivas, baseadas no código de catalogação RDA, a fim de codificar as informações relativas a estes bens, preservando a memória coletiva da cidade.

A análise de conteúdo foi organizada seguindo as três etapas propostas por Bardin (2011). A etapa de pré-análise consistiu na seleção de 61 monumentos, sendo 5 deles monumentos não-intencionais e 56 monumentos intencionais. Após a listagem e descrição dos monumentos, procedeu-se à análise e seleção das seções do RDA Original (RDA Toolkit, 2018) mais relevantes, que abrangessem as especificações dos monumentos históricos. Desse modo, foram considerados: 1) as descrições coletadas dos monumentos, com o intuito de realizar todas as atribuições nas seções mais adequadas do código digital, catalogando os materiais de forma mais robusta; 2) o escopo das seções do RDA, uma vez que o código fornece diretrizes específicas para a catalogação de vários tipos de conteúdo.

Com o *corpus* estabelecido, seguiu-se para a fase de exploração do material, que possui como finalidade a codificação e a categorização do material. Na codificação, a unidade de registro estabelecida foi o objeto ou referente, ou seja, os temas-eixo que agrupam em seu redor tudo o que é expresso a seu respeito (Bardin, 2011). No caso desta pesquisa, todas as descrições coletadas sobre os monumentos históricos, mantidas em sua forma íntegra ou adquiridas a partir de fontes externas obedecendo às diretrizes do RDA, tiveram o seu texto recortado com base no próprio artefato e em outros elementos à sua volta, como a localização geográfica, placas de identificação, contexto de produção e inauguração, entre outros. Concluindo esse processo, será possível visualizar diferentes mensagens divididas em elementos menores, que especificam a unidade da amostra. Esses códigos e elementos são fornecidos pelo próprio RDA. Por exemplo, na Seção 1: Atributos de Manifestação e Item, tem-se 2.3 Título e, dentro deste, tem-se 2.3.3 Título Próprio, e assim sucessivamente. Dessa forma, outros documentos da amostra poderão receber os mesmos códigos. Essas subdivisões são necessárias para tornar a catalogação mais precisa. Além disso, não foi possível utilizar as seções 4 (Atributos de Conceito, Lugar, Evento e Objeto) e 10 (Relacionamentos entre Conceito, Lugar, Evento e

Objeto) em sua totalidade, por ainda estarem em desenvolvimento, mesmo após o lançamento do RDA.

A unidade de contexto, por sua vez, serviu para codificar a unidade de registro. Como os monumentos coletados estão todos situados na cidade de Fortaleza e foram construídos e instalados em diferentes épocas, torna-se necessário considerar o contexto daquele período e de seu viés político, religioso e/ou social. Certamente, essas informações se encontram em sua descrição.

Posteriormente, na etapa de categorização do material, os materiais foram classificados seguindo os critérios do RDA, facilitando a análise da informação. Assim, têm-se as categorias de: referência, elemento e atributos. Elas agrupam os dados considerando a parte comum existente entre eles.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em virtude disso, tem-se a amostra escolhida correspondente a dois monumentos históricos de Fortaleza: a Casa Natal de José de Alencar e a estátua Iracema - Musa do Ceará. A definição destes para compor a amostragem justifica-se pela frequência das unidades de registro, uma vez que ambos os artefatos se relacionam, de alguma forma, com José de Alencar, notável escritor e natural de Fortaleza. Inclusive, dentre os 61 monumentos coletados, 11 deles se relacionam de alguma forma com este autor. Para Bardin (2011), a importância de uma unidade de registro aumenta de acordo com a frequência de aparição. Desse modo, a seguir está explicitada, no Quadro 2, a catalogação da Casa Natal de José de Alencar, assim como a sua fotografia (Figura 1).

Quadro 2 – Casa Natal de José de Alencar catalogada consoante o RDA**Figura 1 – Fotografia da Casa Natal de José de Alencar**

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

REF	ELEMENTO	ATRIBUTOS
2.3.2	Título próprio	Casa Natal de José de Alencar
2.3.6	Título alternativo	Casa de José de Alencar
2.21	Nota do item	Instituição cultural tombada pelo IPHAN em 1964. Número do processo: 0649-T-1962. Livro do Tombo Histórico: Inscrição Nº 376, Vol. 1, F. 061, de 10 de agosto de 1964.
3.6.1.4	Detalhes do material do suporte	Trata-se de uma pequena casa de três cômodos construída em pedra e cal, com madeiramento primitivo de carnaúba. Piso da casa em tijolo batido. Possui telhado simples.

4.3	Informações para contato	Fone: (85) 3366.9276 Email: casajosedealencar@ufc.br Facebook: https://www.facebook.com/casajosedealencaroficial/ Instagram: https://www.instagram.com/casajosedealencaroficial/?igshid=yfbtkgdx8r0 Endereço: Washington Soares, 6055 – Bairro José de Alencar – Fortaleza/CE – Brasil
4.4	Restrição de acesso	Situada no Sítio Alagadiço Novo. Horário de funcionamento: segunda a sexta das 8 às 17 horas. Sábados, domingos e feriados das 8 às 15 horas. Visitas permitidas mediante agendamento prévio.
6.2.2	Título preferido da Obra	José de Alencar
6.3	Forma da Obra	Casa residencial
6.4	Data da Obra	1829-1877
6.5	Local de origem da Obra	Messejana, Fortaleza, Ceará, Brasil
6.7	História da Obra	“N'esta casa nasceu José de Alencar, a 1º de maio de 1829. Um seculo depois, os cearenses collocaram, aqui, esta placa, assinalando o orgulho que experimentam, em ter sido esta a terra de seu berço. Messejana, 1º-5-1929.”
6.9	Tipo de conteúdo	forma tridimensional
11.2.2	Nome preferido da entidade coletiva	Universidade Federal do Ceará
11.2.3	Nome alternativa da entidade coletiva	UFC
11.3	Local associado à entidade coletiva	Fortaleza, Ceará, Brasil
11.8	Língua da entidade coletiva	Português
11.9	Endereço da entidade coletiva	Avenida da Universidade, 2683 - Benfica, Fortaleza, Ceará - CEP 60.020-181
11.10	Campo de atuação da entidade coletiva	Educação superior
16.2.2	Nome preferido do local	Bairro José de Alencar

16.2.3	Nome alternativo do local	Avenida Washington Soares, n.º 6.055 — José de Alencar — CEP 60.830-640.
17.5	Expressão da Obra	forma tridimensional tátil
17.7	Manifestação da Obra	Casa residencial
17.8	Obra manifestada	José de Alencar
22.3	Custodiante	Universidade Federal do Ceará
22.4	Outro Agente associado ao Item	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
25.1	Obra relacionada	Iracema
26.1	Expressão relacionada	Forma tridimensional tátil
28.1	Item relacionado	Iracema — Musa do Ceará

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

O monumento histórico Casa Natal de José de Alencar é a casa residencial onde o escritor nasceu. Sua representação descritiva com base no código RDA evidenciou o fato deste bem ser tombado pelo IPHAN e ter como custodiante a UFC. Além de sua localização, aspectos materiais, informações para contato e restrição de acesso, visto que o monumento se localiza em um sítio que possui horário de funcionamento e agendamento para visitas. Além disso, foi possível registrar relações com a obra Iracema, personagem que dá título a um romance do autor, e com outro monumento erguido em sua homenagem.

Importante ressaltar que esse bem se encaixa na categoria de monumentos não-intencionais, visto que, para Riegl (2006), não é a sua concepção original que lhe confere a significação de monumento, mas, na verdade, o próprio ser humano, enquanto sujeito moderno, que a atribui. Ou seja, a casa, quando foi construída, não possuía importância alguma, a não ser para a família que ali habitaria. Contudo, dado o prestígio em torno do escritor José de Alencar e todas as suas contribuições para o segmento literário brasileiro e a própria história do Ceará e do Brasil, a casa foi tombada como monumento histórico e vista como espaço de cultura para os seus visitantes.

Posteriormente, foi realizada a catalogação da estátua Iracema - Musa do Ceará (Figura 2), demonstrada no Quadro 3.

Quadro 3 – Iracema — Musa do Ceará catalogada de acordo com o RDA

Figura 2 – Fotografia da Iracema - Musa do Ceará



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

REF	ELEMENTO	ATRIBUTO
2.3.2	Título próprio	Iracema — Musa do Ceará
2.3.6	Título alternativo	Estátua de Iracema Estátua de Iracema da Lagoa de Messejana Banho de Iracema
2.4.2	Responsabilidade relacionada ao título próprio	Alexandre Rodrigues

2.10.4	Nome do fabricante	IMAGIC!
2.17.9	Nota da fabricação	De acordo com o diretor da IMAGIC!, Leonardo Fontenele, 16 profissionais trabalharam durante quatro meses para concluir a estátua. O norte-americano Joseph De Cola, que na época estudava o indianismo brasileiro, foi o idealizador do projeto, transformado posteriormente em lei municipal.
2.17	Nota da Manifestação	A estátua foi instituída na Lei Ordinária nº 8.710, de 30 de maio de 2003.
2.21	Nota do Item	A estátua foi construída após o concurso de mesmo nome, promovido pelo Sistema Verdes Mares. Participaram 2.760 candidatas e as características físicas da vencedora, a ex-BBB cearense Natália Nara, que tinha 21 anos na época, serviram como base para o molde do monumento.
3.5	Dimensões	12 metros de altura
3.6	Material base	aço
3.7	Material aplicado	tinta verde
6.2.2	Título preferido da Obra	Iracema
6.3	Forma da Obra	Estátua
6.4	Data da Obra	1865
6.5	Local de origem da Obra	Messejana, Fortaleza, Ceará, Brasil
6.7	História da Obra	A figura representa a personagem da obra Iracema do autor José de Alencar. A virgem dos lábios de mel, como referenciada na obra, encontra-se sentada sobre uma pedra com uma concha ("cuia") em sua mão esquerda, que deveria funcionar como um chafariz, molhando os seus cabelos.
6.9	Tipo de conteúdo	forma tridimensional
9.2	Nome do responsável	Alexandre Rodrigues
9.7	Gênero do responsável	Masculino
9.10	País associado ao responsável	Brasil
9.14	Língua do responsável	Português
9.15	Campo de atuação do responsável	Artes plásticas

9.16	Profissão ou ocupação do responsável	Artista plástico
16.2.2	Nome preferido do local	Bairro Messejana
17.5	Expressão da Obra	forma tridimensional tátil
17.7	Manifestação da Obra	Estátua
17.8	Obra manifestada	Iracema
19.2	Criador	Alexandre Rodrigues
20.2	Contribuinte	Prefeitura de Fortaleza Grupo Edson Queiroz Telemar Tim Banco Nordeste
21.5	Fabricante	IMAGIC!
25.1	Obra relacionada	José de Alencar
26.1	Expressão relacionada	forma tridimensional tátil
28.1	Item relacionado	Casa Natal de José de Alencar

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Esse monumento histórico incorpora a personagem de José de Alencar, Iracema, referenciada como a virgem dos lábios de mel por seu autor. Sua catalogação foi mais robusta, visto que dados em torno de sua fabricação foram coletados, assim como patrocinadores de sua produção e inauguração foram considerados contribuintes. Suas dimensões, materiais base e aplicado também apareceram nas representações descritivas. Por conseguinte, foi possível registrar relações com a obra de José de Alencar e outros monumentos que lhe dizem respeito.

Outrossim, vale salientar um fato interessante em torno da concepção da estátua. Um concurso foi realizado para eleger, entre quase 3.000 candidatas, uma modelo que teria suas características físicas utilizadas como base para a confecção do monumento. Além disso, também foi possível indicar a lei que autoriza a edificação da estátua no centro da Lagoa de Messejana. Por mérito do RDA, essas informações foram catalogadas

como notas de item e de manifestação, respectivamente. Ao contrário do AACR2 que não possui essa diferenciação e sintetizaria tudo na área geral de notas.

Cabe ressaltar que a Iracema - Musa do Ceará se caracteriza como um monumento intencional, visto que é uma obra destinada a homenagear um importante personagem da literatura brasileira, pela vontade de seus criadores, atribuída de valor simbólico no momento de sua produção e portadora de uma mensagem elaborada para ser lançada ao futuro (Riegl, 2006).

Em decorrência disso, a catalogação da amostra foi efetivada. Em seguida, tem-se a última etapa da análise de conteúdo. Nessa fase, os dados coletados foram tratados para tornar o seu uso significativo. Em suma, com a catalogação da amostragem, realizada em meio digital, seguindo as diretrizes fornecidas pelo RDA, pode-se interpretar e inferir que o código proporciona o registro das relações entre as entidades e seus respectivos atributos, possibilitando a composição de catálogos digitais interativos que servem de instrumento para a manutenção, conservação e salvaguarda desses bens, assim como fomentam iniciativas de educação patrimonial.

6 CONCLUSÃO

A catalogação de monumentos históricos é uma prática de extrema importância para a preservação do patrimônio cultural de uma região, assim como da história do povo que ali habita. Esse processo envolve técnicas inerentes à área da Biblioteconomia e Ciência da Informação, que são utilizadas para a organização das informações pertencentes a esses bens, visando torná-las mais acessíveis e facilitar a sua recuperação e o seu uso.

Nesse contexto, a partir da metodologia aplicada na pesquisa e dos resultados obtidos foi possível demonstrar como estes patrimônios, localizados na cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará, devem ser catalogados em meio digital, a fim de fornecer dados que possibilitem o estudo, a pesquisa, a fiscalização e a salvaguarda destes bens. O código de catalogação RDA explicitou uma nova forma, mais interativa, de catalogar esses artefatos, proporcionando a criação de relacionamentos entre os atributos de um monumento com os atributos semelhantes de outros monumentos.

Diante disso, foi possível alcançar o objetivo geral deste trabalho de propor um modelo de catalogação em meio digital para os monumentos históricos da cidade de Fortaleza.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011. Título original: L'analyse de contenu. ISBN 978-85-62938-04-7.

BORGES, G. Monumentos históricos de Fortaleza não são catalogados pela Prefeitura. **O POVO**, Fortaleza, 17 nov. 2022. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2022/11/17/monumentos-historicos-de-fortaleza-nao-sao-catalogados-pela-prefeitura.html>. Acesso em: 15 fev. 2023.

BRÄSCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: ANCIB, 2008.

COSTA, M. C. L. Fortaleza, capital do Ceará: transformações no espaço urbano ao longo do século XIX. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v. 128, p. 81-111, 2014a.

FORTALEZA. **Lei Ordinária nº 9.347, de 11 de março de 2008.** Dispõe sobre a proteção do patrimônio Histórico-Cultural e Natural do Município de Fortaleza, por meio do tombamento ou registro, cria o Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural (COMPHIC) e dá outras providências. Fortaleza: Câmara Municipal, 2008. Disponível em: <https://sapl.fortaleza.ce.leg.br/ta/1616/text?> Acesso em: 29 nov. 2023.

GIRÃO, R. **A cidade do Pajeú.** Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1982.

MACHADO, R. B. **Aplicação do resource description and access (RDA): exemplos práticos para teses e dissertações.** 1. ed. Rio

de Janeiro: Interciência, 2020. 199 p. ISBN 978-85-7193-417-7.

MACHADO, R. S.; ZAFALON, Z. R. **Catalogação:** dos princípios e teorias ao RDA e IFLA LRM. João Pessoa: Editora UFPB, 2020. 128 p. ISBN 978-65-5942-000-1. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/book/336>. Acesso em: 28 abr. 2023.

MAIMONE, G. D.; SILVEIRA, N. C.; TÁLAMO, M. F. G. M. Reflexões acerca das relações entre representação temática e descritiva. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 27-35, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/7367>. Acesso em: 21 abr. 2023.

MEY, E. S. A. Sobre catalogação e catálogo. In: MEY, E. S. A. **Introdução à catalogação.** Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1995. cap. 1, p. 1-11.

MEY, E. S. A.; SILVEIRA, N. C. Breve histórico dos catálogos e da catalogação. In: MEY, E. S. A.; SILVEIRA, N. C. **Catalogação no plural.** Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2009. cap. 3, p. 59-93.

NOVELLINO, M. S. F. A linguagem como meio de representação ou de comunicação da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 137-146, jul./dez. 1998.

OLIVER, C. **Introdução à RDA:** um guia básico. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2011. Título original: Introducing RDA: A Guide to the Basics. ISBN 978-85-85637-45-3.

PITKIN, H. F. **O conceito de representação.**
Política e Sociedade. São Paulo: Nacional,
1979.

RDA Toolkit. **Original Toolkit.** 2018.
Disponível em:
<https://original.rdata toolkit.org/>. Acesso em:
2 dez. 2023.

RIEGL, A. **O culto moderno dos
monumentos:** sua essência e sua
gênese. Tradução de Elaine Ribeiro
Peixoto e Albertina Vicentini. Goiânia:
Ed. da UCG, 2006. 121 p. Título original:
Le culte moderne des monuments. ISBN
85-7103-297-1.